PRECARIZAÇÃO E EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS E DA FUNDAÇÃO LEMANN

Ana Cecília de Paula Clemente[1], Antonia Larisse Ximenes Teles[2], Eliomar Araújo de Sousa[3], Daniele Kelly Lima de Oliveira

[1]Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral (CE) – Brasil
E-mail: ceciclemente2005@gmail.com@gmail.com

[2]Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral (CE) – Brasil
E-mail: ximenesteleslarisse@gmail.com

[3]Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral (CE) – Brasil
E-mail: eliomars014@gmail.com

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral (CE) – Brasil
E-mail: dankel28@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o papel dos organismos internacionais e da fundação Lemann no processo de precarização e empresariamento da educação pública brasileira, considerando as transformações do Estado sob a hegemonia do neoliberalismo. A pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, utilizando como método de análise o materialismo histórico-dialético. Os procedimentos metodológicos consistem em pesquisa bibliográfica e documental, apoiando-se em autores críticos do Estado, do capital e da educação, como Marx, Lukács, Gentili, Montaño, Duriguetto, Harvey e Peroni. Os resultados evidenciam que a crescente influência de organismos internacionais e fundações privadas contribui para a reconfiguração do papel do Estado, que passa de provedor direto da educação a regulador, favorecendo a introdução de lógicas empresariais e mercadológicas no campo educacional. Conclui-se que tal processo compromete o caráter público, universal e emancipatório da educação, reforçando desigualdades subordinando o direito à educação às demandas do capital.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Educação Pública. Organismos Internacionais. Empresariamento da Educação**.**

Introdução

As políticas educacionais brasileiras têm sido profundamente influenciadas pelas transformações econômicas e políticas decorrentes do avanço do neoliberalismo enquanto projeto hegemônico de organização social. Esse movimento tem promovido a redefinição do

papel do Estado e ampliado a atuação de organismos internacionais e fundações não governamentais, como a Fundação Lemann, na formulação e implementação das políticas públicas, especialmente no campo da educação.

Diante desse cenário, a seguinte pesquisa busca analisar a crescente influência de atores internacionais e organizações não-governamentais na educação pública brasileira, com foco no processo de privatização e mercantilização desse setor. Através de uma investigação crítica, pretendemos compreender como esses organismos têm contribuído para a reconfiguração da educação pública, muitas vezes voltada para interesses privados e mercadológicos, em detrimento de seu caráter universal e público.

A escrita sobre o Estado neste contexto se justifica pela necessidade de compreender como o seu papel, enquanto ente regulador e provedor da educação, se altera diante da crescente participação desses organismos externos e das fundações privadas. O Estado, ao interagir com essas entidades, pode estar facilitando a inserção de lógicas empresariais no setor educacional, o que levanta questões sobre a qualidade da educação, a equidade e o direito à educação como um bem público.

Além disso, busca analisar a crescente influência de atores internacionais e organizações não-governamentais na educação pública brasileira, com foco no processo de privatização e mercantilização desse setor.

Metodologia

A pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, por considerar a relação indissociável entre sujeito e realidade social. O método de análise adotado é o materialismo histórico-dialético, que possibilita compreender o fenômeno educacional em sua totalidade histórica e social.

Do ponto de vista dos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. Os procedimentos técnicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental, com análise de obras clássicas e contemporâneas sobre Estado, neoliberalismo, trabalho e educação, bem como documentos de organismos internacionais, que nos ajudaram a desvelar a influência, como

Este estudo, portanto, visa refletir sobre os impactos dessas influências externas no sistema educacional brasileiro e discutir as implicações para a função do Estado na garantia do acesso e da qualidade educacional para todos.

Com isso, para atingir nosso objetivo geral, ou seja, investigar a influência dos organismos internacionais e de fundações não-governamentais no processo de empresariamento da educação pública, elencamos como objetivos específicos: [1] Analisar o Estado neoliberal e o processo de reestruturação produtiva até a atual conjuntura de crise estrutural do capital; [2] Investigar a origem da influência de organismos internacionais nas políticas educacionais no Brasil; [2] Examinar de que maneira a Fundação Lemann e Bradesco colaboram nessa relação com os organismos internacionais no processo de precarização e empresariamento da educação pública.

Um panorama sobre o conceito de Estado

A compreensão do processo de precarização e empresariamento da educação pública exige, inicialmente, a análise do conceito de Estado e de sua relação com a sociedade civil. Historicamente, as reflexões sobre o Estado remontam à Grécia Antiga, quando Platão e Aristóteles buscaram compreender as formas de governo e sua relação com o bem comum. Para Aristóteles, a política surge da necessidade de administrar os conflitos entre ricos e pobres, reconhecendo que a desigualdade material constitui um elemento central das tensões sociais.

No pensamento moderno, as teorias contratualistas de Hobbes, Locke e Rousseau foram fundamentais para justificar a formação do Estado na transição do feudalismo para o capitalismo. Hobbes concebe o Estado como uma autoridade soberana e absoluta, necessária para conter a guerra de todos contra todos, presente no estado de natureza. Locke, por sua vez, defende que o contrato social tem como finalidade principal a garantia da propriedade privada, entendida como vida, liberdade e bens. Já Rousseau critica a desigualdade social e propõe a soberania popular baseada na vontade geral, entendendo que o Estado deve expressar o interesse coletivo e não os interesses particulares.

Essas formulações teóricas influenciaram a consolidação do liberalismo, que se afirma como ideologia dominante da burguesia. O liberalismo defende a liberdade individual e a limitação da intervenção estatal, priorizando a chamada liberdade negativa, entendida como ausência de interferência do Estado. Contudo, conforme apontam Montaño e Duriguetto (2010), essa

concepção é insuficiente para garantir liberdade e igualdade reais em uma sociedade estruturalmente desigual como a capitalista, pois ignora as condições materiais que limitam o exercício efetivo da liberdade.

A partir da crise estrutural do capitalismo, intensificada nos anos 1970, o neoliberalismo emerge como um projeto político de classe que busca restaurar as condições de acumulação do capital. Esse modelo passa a orientar reformas econômicas e sociais em diversos países, especialmente na América Latina, impulsionado por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Diante desse cenário, é importante perceber que a educação se torna subordinada aos interesses da reprodução do capital. Como visto anteriormente, a crise estrutural do capital revela um colapso das condições que antes garantiam a continuidade e expansão do próprio sistema. Isso atinge diretamente a educação, que começa a ser redefinida em sua função social. Cada vez mais, ela deixa de ser concebida como um bem comum, crítico e formador de sujeitos autônomos, e passa a ser tratada como uma mercadoria, um serviço a ser comprado, ou um investimento pessoal para inserção no mercado de trabalho. Além disso, a educação deixa de ser parte da solução e passa a integrar os mecanismos de reprodução da desigualdade, da alienação e da subordinação social.

Neoliberalismo e educação brasileira

No Brasil, o neoliberalismo ganhou força na década de 1990, com os principais pilares: privatização, desregulamentação e Estado mínimo. Essas ideias defendem que empresas estatais devem ser privatizadas para aumentar a eficiência e reduzir o tamanho do Estado. A ideia é que o setor privado é mais eficaz na gestão de recursos e na oferta de bens e serviços. Além disso, propõem a redução de regulações governamentais sobre a economia, principalmente sobre o mercado financeiro e as relações de trabalho. O objetivo é facilitar os negócios e estimular o crescimento econômico.

Um primeiro marco perceptível do neoliberalismo foi a Conferência Mundial de Educação para Todos, que ocorreu em 1990 na Tailandia. Obteve financiamento da UNESCO, UNICEF, PNUD e do Banco Mundial, como também houve a participação de agências internacionais e

organismos não-governamentais. Durante a conferência, princípios básicos foram defendidos, como: educação como direito humano fundamental, universalização do acesso e da permanência na escola, redução do analfabetismo, melhoria da qualidade do ensino, igualdade de oportunidades educacionais.

Com isso, foram estabelecidas metas

> 1.expansão da assistência e das atividades de desenvolvimento da primeira infância, inclusive as intervenções da família e da comunidade; especialmente para as crianças pobres, desassistidas e impedidas; 2. acesso universal à educação básica até o ano 2000; 3.melhoria dos resultados da aprendizagem; 4.redução da taxa de analfabetismo dos adultos à metade do total de 1990 até o ano 2000 e modificação da desigualdade entre índices de alfabetização de homens e mulheres; 5.ampliação dos serviços de educação básica e de formação para outras competências necessárias a jovens e adultos, avaliando-se os programas em razão da modificação da conduta e do impacto na saúde, no emprego e na produtividade; 6.aumento, por indivíduos e famílias, dos conhecimentos, capacidades e valores necessários para viver melhor e para conseguir em desenvolvimento racional e sustentável por meio dos canais da educação – incluídos os meios de informação modernos, outras formas de comunicação tradicionais e modernas, e a ação social – avaliando-se a eficácia dessas intervenções pela modificação da conduta. (Shiroma, Moraes e Evangelista, 2002, p. 60).

Apesar das propostas e iniciativas para melhoria da educação no Brasil, essa conferência carrega uma racionalidade neoliberal, principalmente na iniciativa de políticas em larga escala, metas e indicadores. A educação deixa de ser um processo emancipatório e passa a ser um instrumento de formação de capital humano, ou seja, focado na empregabilidade e no crescimento econômico.

Nesse contexto, a educação é descrita como um "trunfo" para promover o desenvolvimento humano mais autêntico e harmonioso, sendo capaz de fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões e as opressões. A ela são atribuídas responsabilidades grandiosas, como a promoção dos direitos humanos, da tolerância, da democracia, da paz e da sustentabilidade. Trata-se de uma visão profundamente humanista, que confere à educação um papel quase salvador diante dos grandes desafios da humanidade.

O avanço do neoliberalismo impulsionou a criação e o fortalecimento de organismos internacionais que, sob o discurso da cooperação e do desenvolvimento, passaram a orientar e condicionar as políticas públicas dos Estados nacionais.

Em se tratando de fundações não governamentais, destacamos a Fundação Lemann, que foi fundada em 2002, por Jorge Paulo Lemann, e tem por objetivo, conforme descrito em seu site,

contribuir com a educação pública e a transformação social. Além disso, trabalha em conjunto com organizações, coinvestidores, governos, universidades, ou seja, instituições que impactam a sociedade como todo. Consideram-se uma organização filantrópica familiar, apartidária e independente, negando qualquer relação ou dependência técnica ou financeira com empresas e os seus negócios filantrópicos.

Em análise, é notório a utilização de palavras, como: equidade, igualdade, justiça, transformação, no discurso da fundação, que se apropria do léxico das lutas sociais para promover um projeto educacional alinhado aos interesses do mercado. Com isso, faz-se necessário um estudo de base marxiana, para compreender que o uso das palavras como estratégias de convencimento não é apenas um detalhe retórico, mas uma forma eficaz de capturar o imaginário coletivo, desarmar a crítica e desmobilizar a resistência.

Entretanto, esse discurso não se adequa a classe trabalhadora porque, apesar de serem formulados em nome da melhoria da educação pública, partem de uma lógica que não reconhece nem valoriza os sujeitos populares como protagonistas do processo educativo. Pelo contrário, esses discursos pressupõem que os problemas da escola pública decorrem de falhas internas, de gestão, de desempenho, de "liderança", e não das condições estruturais precárias a que estão submetidas as comunidades trabalhadoras.

> A farsa da "equidade de oportunidades" é explicada pelos empresários como se cada um pudesse realizar seus interesses individuais e objetivos profissionais, lucrar e enriquecer. No entanto, o "sucesso" não é para todos e nem todos são ou serão empreendedores, porque poucos apresentam as características necessárias exigidas e conseguem manter elevada a expectativa de superação dos limites ilimitados que causam as inúmeras doenças sofridas pelos trabalhadores da era gestionária gerencial. (Araújo, 2016, p. 49)

Outro ponto contraditório é que a Fundação diz promover o desenvolvimento de "cada estudante", mas, na prática, o que se vê é a difusão de uma cultura do empreendedorismo de si, da meritocracia, da responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso, sem levar em conta os determinantes sociais, econômicos e históricos. Essa visão fragmenta o sujeito, despolitiza a educação e nega sua função coletiva, cidadã e transformadora, que remonta ao humanismo clássico e à tradição republicana. Em vez de formar cidadãos críticos, autônomos e comprometidos com o bem comum, o modelo promovido pela Fundação forma indivíduos adaptáveis, eficientes e "preparados para o mercado".

> O ideário de filantropia alude à uma comunidade pautada na moralidade, sendo esta a chave entre a miséria e a ordem. Outra questão que vai à contrafação dos verdadeiros propósitos da classe dominante é a elaboração de ações pautadas na pragmaticidade do interesse coletivo, obviamente sem negar a importância do interesse individual, que busca pretensamente a redução da miséria e do perigo social representado por tal situação. (Araújo, 2016, p. 30)

Embora a fundação atue sob a justificativa de interesse coletivo, como a educação, cidadania, redução da desigualdade, isso não entra em contradição com os interesses da classe dominante. Ao contrário, contribui para reproduzir o status quo, já que a educação oferecida pode formar indivíduos para o mercado de trabalho sem necessariamente promover uma consciência crítica que questione a estrutura que produz a desigualdade.

Para fins de aprofundamento teórico de pesquisas sobre essa temática, foi elaborada uma tabela que apresenta autores, o nome do trabalho e site respectivo pesquisado. A construção da tabela tem como objetivo a organização e apresentação de informações de forma concisa e explícitas, facilitando a compreensão dos dados e resultados da pesquisa.

As pesquisas foram realizadas pelo portal Periódico CAPES, utilizando filtros em conhecimento da área da Educação. Para a busca, foram empregadas palavras-chaves, como: Fundação Lemann, mercantilização, precarização e entre outros. O objetivo foi localizar produções acadêmicas que abordam a relação entre a educação básica e superior com o setor privado, principalmente no que se refere a mercantilização da educação e a precarização do trabalho docente nas instituições educacionais brasileiras.

TABELA 1 - TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES

AUTOR	TRABALHO	IES	REPOSITÓRIO
JULIA MONTEATH DE FRANCA (2024)	"DA FILANTROPIA À "NOVA POLÍTICA": INTERESSES E CONTRADIÇÕES DO DOMÍNIO DO CAPITAL SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL"	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	CAPES
VANESSA ZINDERSKI GUIRADO (2022)	"POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ATORES, ARTICULAÇÕES E INFLUÊNCIAS"	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	CAPES
DANILLO MARCHESANO RAMOS ALVES (2019)	"DA ECONOMIA POLÍTICA À EDUCAÇÃO: ANÁLISE DO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	CAPES

	PROJETO DA FUNDAÇÃO LEMANN"		
PEDRO HENRIQUE DIAS SIQUEIRA (2023)	"INTRODUÇÃO AO CONCEITO DA PRIVATIZAÇÃO AMPLIADA ATRAVÉS DE UMA ANÁLISE DE CASO DAS ATUAÇÕES DA FUNDAÇÃO LEMANN NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UM EMPREENDIMENTO DO HOMEM MAIS RICO DO BRASIL"	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	CAPES BDTD
JENNIFER NASCIMENTO PEREIRA (2019)	"NOVA ESCOLA E PADRÃO BNCC DE DOCÊNCIA: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR GERENCIADO"	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	CAPES
HELLEN GREGOL ARAUJO (2022)	"A NOVA FILANTROPIA E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: A POLÍTICA INVESTIGADA POR REDES"	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	BDTD CAPES

Tabela criada pelos autores

TABELA 2 - ARTIGOS PERIÓDICOS DA CAPES

AUTORES	TÍTULO	REVISTA	QUALIS
BAUER, CARLOS; DIAS, ELAINE TERESINHA DAL MAS;BIOTO, PATRÍCIAAPARECIDA. (2023)	"INQUIETUDES, MOBILIZAÇÕES SOCIAIS E DESAFIOS PERMANENTE"	CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO V. 22, N. 1, 2023	B2
CAETANO, *MARIA RAQUEL (2020)*	"AS REFORMAS EDUCATIVAS GLOBAIS E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)"	REVISTA EDUCAÇÃO E LETRAS"	A3
ELIZABETH GOTTSCHALGRAIMANN| LEISLAINYMORAES CASTRO| BRUNA FERREIRA BISPO MACHADO (2023)	"FUNDAÇÃO LEMANN E O CAPITAL EDUCADOR: NA MIRA A PÓS-GRADUAÇÃO"	DEBATES EM EDUCAÇÃO | MACEIÓ | VOL.15| Nº.37| ANO 2023	A1
BRUNA WERNECK CANABRAVA, CARLOS SÁVIO G. TEIXEIRA. (2017)	"O "SONHO GRANDE" DE LEMANN E O DESPRESTÍGIO DA	[SYN]THESIS, RIO DE JANEIRO, V. 10, N. 1, P. 88-96, JAN./JUN. 2017. CADERNOS DO CENTRO	B1

	UNIVERSIDADE E CIÊNCIA BRASILEIRAS"	DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
FARIAS, A. M. (2022)	"ESTADO AMPLIADO E O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA"	REVISTA TRABALHO NECESSÁRIO	

Tabela criada pelos autores

A partir da análise das teses, dissertações, documentos oficiais e produções acadêmicas consultadas na base Periódicos, foi possível examinar pontos primordiais que corroboram as discussões e os argumentos construídos ao longo deste trabalho.

A intensificação da atuação das fundações empresariais na educação brasileira, sobretudo a partir dos anos 2000, revela um movimento consistente de ampliação da influência do setor privado na formulação e implementação de políticas públicas educacionais. Organizações como a Fundação Lemann, o Movimento Todos Pela Educação e o Movimento Todos pela Base passaram a exercer papel central em reformas estruturais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio, introduzindo uma lógica gerencialista baseada em meritocracia, desempenho, avaliação em larga escala e eficiência.

Essa atuação expressa a transferência de valores e práticas do setor empresarial para o interior da escola pública, que passa a ser concebida segundo critérios de produtividade e preparação para o mercado de trabalho. O discurso da inovação e da qualidade educacional, amplamente utilizado por essas fundações, encobre contradições profundas, pois, ao mesmo tempo em que se apresenta como solução para os problemas da educação, reforça a competitividade, a padronização curricular e a exclusão daqueles que não se adaptam à lógica neoliberal.

No contexto mais amplo, esse processo está articulado ao avanço do neoliberalismo no Brasil, especialmente após a Constituição de 1988, quando o discurso da crise fiscal passou a justificar a redução do papel do Estado nas políticas sociais. O Estado não se retira completamente, mas se reconfigura para favorecer os interesses do grande capital, abrindo espaço para a atuação de fundações privadas que passam a ocupar áreas antes destinadas à ação pública.

A influência dessas organizações também se manifesta na formação de lideranças políticas e educacionais, por meio de redes como a RAPS e de parcerias com universidades e organismos internacionais. Esse fenômeno evidencia a chamada “porta giratória”, em que ex-gestores públicos assumem posições estratégicas em instituições privadas que atuam diretamente sobre o campo educacional, gerando conflitos de interesse e fragilizando a autonomia do Estado.

Dessa forma, consolida-se um modelo de governança educacional marcado pelo empresariamento da educação, no qual a formação escolar é subordinada às demandas do mercado e à reprodução das relações de classe. A educação pública, que deveria ser um direito social e instrumento de emancipação humana, corre o risco de ser reduzida a mercadoria, comprometendo sua função crítica, democrática e transformadora. A superação desse cenário exige o fortalecimento da educação pública, a ampliação da participação democrática e a defesa de uma formação voltada à justiça social e à emancipação dos sujeitos.

Conclusões

O estudo da influência externa na educação pública evidencia como as instituições políticas podem ser instrumentalizadas para atender interesses econômicos específicos. Essa situação reforça desigualdades e contradiz o ideal de universalidade da educação. Ao transferir responsabilidades e recursos para entes privados, o Estado abdica de sua função ética e universal.

Dessa forma, é urgente questionar os limites do neoliberalismo, que, centrado na liberdade negativa, ignora a necessidade de superação do capitalismo e luta por uma sociedade emancipada que assegure igualdade de condições e oportunidades. A emancipação humana deve transcender a lógica de mercado, priorizando a redistribuição de recursos e a promoção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos. Apenas assim seria possível enfrentar o processo de precarização e empresariamento da educação pública, resgatando sua função como um direito humano fundamental e um pilar para a transformação social.

Portanto, este estudo contribui para o debate sobre a função do Estado na contemporaneidade, destacando a necessidade de repensar seu papel diante das contradições impostas pelo avanço neoliberal. Mais do que nunca, faz-se necessária a defesa de uma educação pública comprometida com os interesses coletivos e com a formação de cidadãos críticos e emancipados, capazes de transformar a realidade social de forma justa e solidária.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Stephanie Barros. **Filantropia empresarial e educação brasileira no contexto da crise estrutural do capital:** a Fundação Bradesco no centro do debate.2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, (2014). XXXFls

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia; **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. e EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional.** 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 144p.